



# *O encontro de duas lentes contemporâneas nos estudos sobre a cidade*

## *(Apresentação do dossiê)*

*Edson Farias*<sup>1</sup>

*Mariana Cavalcante*<sup>2</sup>

1. Edson Farias é pesquisador do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Professor do PGSOL/UnB (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília) e do PPG em Memória: Sociedade e Linguagem da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia). Líder do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB). Coordenador do Comitê de Pesquisa em Sociologia da Cultura da SBS. Membro do Comitê em Patrimônio e Cultura Brasileira da ANPOCS. Editor da revista Arquivos do CMD. ID Lattes: 8296375817062543. ORCID: 000-0002-9406-3269.

2. Doutora em Antropologia pela Universidade de Chicago, professora associada do Departamento de Estudos Sociais do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Foi Peggy Rockefeller Visiting Scholar do David Rockefeller Center for Latin American Studies da Harvard University. É bolsista de produtividade do CNPq (nível 2) Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) e Procientista (UERJ). É uma das coordenadoras do Grupo CASA: estudos sociais sobre moradia e cidade e do ResiduaLab: laboratório de estudos sociais de resíduos. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: etnografia, urbanismo, moradia, infraestruturas, águas urbanas e Rio de Janeiro. ID Lattes: 1003011436001008. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9633-9513>.



O dossiê “Paisagens das cidades: memórias, mediações culturais, infraestruturas e lutas socio-políticas” é um dos resultados da disciplina “Memórias e paisagens na economia simbólica da cidade”, oferecida pelos autores dessa apresentação durante o segundo semestre letivo de 2022, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O eixo da proposta da disciplina girou em torno do tratamento analítico conferido às políticas de imagens relativas a tônicas mnemônicas depositadas nos recortes socioespaciais relativos a processos de intervenção em paisagens urbanas. Assim, a partir do paradigmático caso da reforma Haussmann em Paris (Benjamin, 2006), a disciplina esteve definida pela triangulação estabelecida com o nexos entre imagem, espaço e memória. A efetivação da finalidade de realizar uma análise de teorias, deu-se pelo enfoque na confluência do capitalismo cultural com o plano mobiliário e imaterial e, logo, observando as repercussões nos patrimônios histórico-culturais. Diante da finalidade de apreender distintas territorializações dos condicionantes da economia simbólica da cidade, foram examinados alguns *corpora* empíricos referidos às paisagens urbanas de três cidades americanas. A atenção se voltou para as diferentes ma-

neiras como são delineados domínios de memória, mediante a execução de projetos de requalificação de fatias de territórios urbanos. Deste modo, o exame tomou por alvo a região Soho em Nova Iorque; o centro histórico da Cidade do México e a recente requalificação da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Nesta última, a prioridade recaiu na institucionalização da Pequena África Carioca como um lugar de memória, articulando identidades coletivas e dinâmicas econômicas referidas ao entretenimento e turismo. Ante as três experiências, a expectativa era verificar a concretização de desígnios próprios à governança sintonizada ao regime contemporâneo de circulação, mas igualmente as mútuas coalisões e tensões envolvendo redes de micropolíticas, poderes locais e usos de espaços patrimoniais.

O movimento mesmo de realização desses objetivos da disciplina oportunizou o encontro entre duas vertentes aplicadas à pesquisa, ao estudo e à reflexão socioantropológica das relações, estruturas e processos relativos à cidade como materialização de tramas sociotécnicas à contrapartida da estruturação cognitiva e moral, além da formação de juízos e gostos, das agências, igualmente, da ratificação ou mudança nas teias de significados e imaginários na tocada das experiências. De um lado, aquela perspectiva cuja prioridade analítica e interpretativa está



depositada nas interpelações das infraestruturas, à luz das linhas de forças sociopolíticas que as viabilizam, também dos sentidos intrínsecos aos seus usos, na “produção” e “construção” do espaço urbano. De outro, a lente em que o relevo está posto nas condições sócio-históricas e dos efeitos que geram quanto as durações e rupturas nas paisagens citadinas. Sem a pretensão de esgotá-las, veremos em linhas-gerais traços de um e outro viés de abordagem. Cabe situá-las, antes, em um esquemático e sumário quadro do desenvolvimento da problematização sobre as cidades no espaço das ciências sociais no Brasil.

\* \* \*

Na decantação de uma pauta temática que por décadas reverberou sobre o imaginário intelectual brasileiro, há a tendência na historiografia sobre a formação do campo científico das ciências sociais de atribuir posição estratégica ao intervalo demarcado entre as décadas de 1930 e 1950. Imediatamente anterior à consolidação da universidade como centro de visibilidade e legitimação do conhecimento, onde prevalece a especialização disciplinar, esse período é diferenciado, justamente, entre diferentes intérpretes, no que diz respeito ao perfil das obras que o definem, pelo predomínio do ensaísmo sócio-his-

tóricos com aspirações totalizadoras. Fazendo eco dessa distinção, aqui, nós o tomaremos como ponto de partida do breve exame de passagens do discurso socioantropológico sobre a cidade. Importa dizer, não se tem a ambição de uma história conceitual, tampouco proceder uma etnografia das ideias. Em lugar de reconstruir o movimento lógico e teórico do pensamento, o objetivo é tão somente esboçar um quadro da atenção conferida, nesse domínio epistemológico, à interseção do sistema urbano com as transformações socioestruturais no país quando se trata da configuração do espaço.

Na continuidade do seu estudo sobre a formação do patriarcado brasileiro, em *Sobrados e mocambos*, Gilberto Freyre (2000, p. 600-659) detecta espécie de gradativa remodelação do *ethos* sádico dos homens e mulheres das frações de classes dominantes escravocratas, quando da transferência em larga medida dessas famílias para o ambiente urbano de algumas cidades maiores, no século XIX. A alteração observada, de acordo com o autor, esteve relacionada à intensificação do trânsito entre o Brasil e a Europa burguesa industrializada. A gradual e seletiva ambientação dos segmentos patriarcais nos cenários urbanos lhes fomentou, portanto, uma transição comportamental. Isto é, da pouca parcimônia nas exposições de sentimentos contrastantes entre si em



círculos familiares e paroquiais, ganharia relevo certa psicologização que se manifestara nos adiamentos daquelas mesmas exposições públicas das emoções. Estas passam, desde então, a estar sempre mais reguladas pela inserção de instâncias que requisitam a teatralização dos atos no convívio público (em âmbitos religiosos ou mundanos) com facções diferentes, ainda que da mesma classe, e dessa maneira requerem o refinamento dos gestos no compasso do aprofundamento dos mecanismos de controle subjetivo das atitudes. Freyre atribui ainda as sucessivas iniciativas de reformas e embelezamento das cidades à mesma miríade de transformações relacionadas ao aburguesamento dos segmentos patriarcais.

Por sua vez, a percepção dessa transformação socioestrutural, no seio da qual a cidade ascende como núcleo de decisão e coordenação das relações socioculturais no país, em Caio Prado Júnior (1974, p.194), está relacionada à agenda da economia política marxista. O autor sublinha o fato de que, durante a fase imperial, a população brasileira crescera em torno de 14 milhões de pessoas. No escopo demográfico estratificado socialmente, composto nesse período, os segmentos sociais melhor situados economicamente passaram a desfrutar de uma riqueza financeira e bem-estar material comparáveis aos encontrados na Europa. À contrapartida dos novos

contornos das classes sociais, o historiador verifica como a acumulação capitalista alcança níveis expressivos, o que teria fomentado a multiplicação das casas bancárias, das empresas de seguro, dos negócios na bolsa de valores. Deixando ver, portanto, o quanto a ocidentalização trouxe, conjuntamente à unificação pela quantificação monetária, modos de percepção sensíveis à complexidade plural de meios e fatores intrínseco ao perfil civilizatório de uma sociedade cujo motor são as grandes concentrações urbanas.

A ênfase posta por Prado Júnior no engendramento das formas de consciência pelo desenvolvimento das forças produtivas, com sua incidência no desenho da estratificação social, em termos de matrizes teóricas, evidencia a distância da prioridade dada por Freyre ao padrão comportamental que seria próprio ao estamento patriarcal. Ambos autores, entretanto, compartilham do entendimento do quanto a emergência das cidades como motor econômico, polo de tomadas de decisões e parâmetro cultural e civilizatório, a um só tempo, abarcaria a materialidade do território e das tramas corpóreas no Brasil, desde meados do século XIX. Não é demais lembrar que os dois intérpretes foram contemporâneos dos impactos da entrada em funcionamento dos complexos agrofábrics na economia das monoculturas de



exportação, seja do café e da cana-de-açúcar. Ainda, presenciaram a expansão da malha ferroviária e o adensamento populacional das capitais do centro-sul, acompanhada do incremento da estratificação socioespacial concretizada na divisão cujos emblemas eram os palacetes dos bairros “nobres” e o baixo casario de cômodos “populares”. Já faziam parte do horizonte de percepção e imaginação dos dois as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1904-1906), Salvador (1912-1916) e São Paulo (1905), além da construção de uma cidade planejada, Belo Horizonte (1897).

Mais tarde, já alocado nas ainda recém-instaladas universidades, por volta da década de 1950, mais que ratificar esse imaginário caracterizado pela vetorização do entendimento sobre as mudanças histórico-estruturais no Brasil ressaltando a preponderância da cidade, o pensamento social imerge no contexto de um sistema urbano ainda pouco integrado e marcado pela dubiedade. Justaposto a práticas e símbolos remanescentes da estrutura agrário-patriarcal, mesmo restrita em enclaves, mas se materializava nos trópicos uma sociedade moderna nos cenários citadino onde se entrosavam automóveis, maquinários das fábricas, edificações e intervenções do urbanismo, também na oferta de bens de consumo à disposição de círculos sociais com acesso aos ser-

viços da afluência, como água encanada, luz elétrica e esgotamento sanitário. Atento às pressões provocadas nos costumes decorrentes do acirramento do processo urbano no país, as análises de Florestan Fernandes (1978) sobre desaparecimento dos jogos e brinquedos infantis, integrados na cultura folclórica em São Paulo, estão articuladas às suas pesquisas correlacionando aspectos psicossociais à dinâmica de mudança histórica de implantação da versão industrialista do capitalismo e da sociedade “vertical-competitiva” (Fernandes, 2008). Igualmente interessada no mesmo problema das transformações no plano dos costumes, no andamento da expansão da estrutura social urbana no país, só que acentuando a incidência dos padrões de dominação sobre modos de vida e posturas públicas, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1979) focaliza os remanejamentos na estratificação social cada vez já obedientes ao fatores econômicos, os quais ascendiam ao papel de protagonista na hierarquização das camadas e/ou classes sociais, trazendo novos agentes à cena. Segundo a autora, nas maiores cidades brasileiras de então, na capital nacional, o Rio de Janeiro, o contexto de intensificação do ingresso do país na zona de europeus burgueses norte-ocidentais teria propiciado, a adoção de posturas mais “cosmopolitas”, o que provocou a desestabilização do que chama de “modos provin-



cianos”, que seriam ainda vigentes em sintonia com a estrutura socioeconômica colonial. Paulatinamente, a seu ver, os modos de vida e estilos urbanos aos moldes e certas frações de classe dos segmentos mais abastados passaram a buscar em Londres e Paris o espelho onde queriam se enxergar homogeneamente “civilizados”, em oposição aos costumes das camadas subalternas, em um contexto agrário-escravocrata.

As linhas analíticas e interpretativas propostas por Florestan Fernandes e Maria Isaura Pereira de Queiroz repercutiram no entendimento dos traços decisivos à sedimentação do sistema urbano-industrial no Brasil. Em uma e outra linhagem, ressoa a tão influente absorção pelo discurso sociológico da base canônica fundada sobre a disjunção entre campo e cidade ou rural e urbano, a partir da tipologia operacionalizada por Ferdinand Tönnies (1988). Segundo o esquema do autor, o campo corresponde à tipicidade da comunidade (*Gemeinschaft*), isto é, o princípio de organização social caracterizado por relações pessoais, com ênfase nos encontros face a face, nos vínculos de vizinhança, logo, sublinhando o envolvimento interpessoal com seus traços de integralidade. Por sua vez, a cidade diria respeito à sociedade (*Gesellschaft*), e isto significa relações impessoais e laços contratuais (Nisbet, 1986, p. 41-61).

Respaldada na demarcação legada por Tönnies, a chamada Escola de Chicago, nos primórdios do século XX, delimitou um ramo de estudos e pesquisas orientado para a especificidade do urbano, reconhecendo nele um estilo de vida próprio às grandes escalas prenes de densidade em meio à heterogeneidade de indivíduos (Wirth, 1973; Eufrasio, 1995). Conceituação esta que, por sua vez, escudava-se no entendimento da cidade como foco ímpar da mudança social. Vertente sociológica cujos desdobramentos se enraízam na imaginação erudita e do senso comum sobre urbano e, em muito, inspirada nos rastros da atenção dada para o tema das sociabilidades na sociologia da metrópole proposta por George Simmel (1973, p. 07-25), em que se situa a emergência de uma nova cultura caracterizadamente intelectual definida pela atitude indiferente aos apelos aos sentidos evocados pela parafernália de um cenário atravessado pelo adensamento populacional e pela indústria. Na mesma Escola de Chicago, priorizou-se a concepção do rural sob a rubrica da civilização e da cultura *folk*, em suas características de isolamento, composta de um grupo iletrado e homogêneo, galvanizado pela intensa solidariedade grupal (Redfield, 1947).

Paralelo à propagação do funcionalismo parsoniano (Alexander, 1985), o diálogo seletivo com



imaginário intelectual reciclado e elasticizado pelo círculo acadêmico sociológico de Chicago, facultado inicialmente com a estada de Donald Pierson na Escola de Sociologia Política, em São Paulo (Valladares; Lima, 2000), engendrou a percepção entre os cientistas sociais brasileiros sobre os elementos encerrados nos cenários urbano-metropolitanos ainda reduzido diante das dimensões continentais do país. Sobre tudo, deu acesso a meios de mapeamento empírico e ferramentas analíticas para lidar com a constelação de fatores cujas afinidades eletivas estão na raiz tanto da formação quanto da consolidação da tendência sócio-histórica caracterizada pela propagação cada vez mais autônoma dos meios técnicos, em sintonia com o ideário do alcance do bem-estar material e do domínio da natureza, denominada de modernização, ainda que numa relação tensa com outras aspirações, valores, ideais. Por outro lado, atçou o pensamento a respeito dos impasses e contradições oriundas do desenrolar da mesma tendência, sobretudo, considerando os diversos modos como ela se realiza em áreas distintas do planeta. Em se tratando do conjunto da América Latina, e o Brasil em especial, a presença tardia das grandes concentrações urbanas manifestou transformações agudas experimentadas pelas relações sociais, ao estarem conectadas à sistemática da economia-mundo capitalista e aos dita-

mes do sistema interestatal que se farão evidentes, sobretudo, no pós-II Guerra Mundial. O diagnóstico sobre o subdesenvolvimento da América Latina, por ocasião da etapa posterior ao final da mesma Segunda Guerra, identificou os impasses gerados pelo predomínio da estrutura social agrário-ruralista por tão longo período, em parte, condicionando o *status* periféricos dessas sociedades nacionais na ordem internacional (Lippi, 1995).

As alternativas de desenvolvimento socioeconômico, então propostas, visavam reverter o quadro histórico apostando no incremento da industrialização e, no reverso, na montagem de um mercado interno de trabalho e de consumo para a produção manufatureira dos respectivos países latino-americanos. É certo que as vozes cada vez assonantes surgidas em favor dessa transformação foram viabilizadas pelo adensamento da vida urbana no subcontinente, no ínterim pós-colonial que se segue à conquista da independência política frente às metrópoles ibéricas em meio ao variado levante de movimentos nacionalistas. Período em que lenta e gradualmente se esboçam os traços de um sistema urbano, recomposto pelo industrialismo no século XX. Traços esses acentuados na medida em que as classes médias e setores operariados adquirem proporções sociométricas mais significativas, estando na contrapartida



da montagem, ainda que tímida, de parques industriais autóctones em alguns dos contextos nacionais latino-americanos (Argentina, México, Brasil, Chile, entre outros). Pressionado pelo formidável incremento do fluxo campo para as cidades, desde então se verificou deslocamentos no mapa da estratificação social, pois frações desses segmentos sociais participam de mobilidades com impactos nos seus rendimentos e nível de instrução formal. Algo que os fizeram visíveis, inclusive, permitindo reivindicar maior representatividade político-institucional, com isso alardeando suas plataformas utópicas e ideológicas, as quais encontraram em alguma medida eco nos interesses materiais e ideais dos setores empresarial-patronais também encerrados no âmbito urbano. Menos ou nada afortunadas, outras frações subalternas desse arco de classes sociais, porém, não irão demorar em denunciar a segregação espacial cúmplice da exclusão e desigualdade socioeconômica, uma e outra manifestas nas muitas vulnerabilidades enfrentadas por esses grupos nas parcelas do território que lhes foi possível ocupar. Áreas onde a coordenação conjunta da normatização jurídica do Estado-nação com a prerrogativa da remuneração privada do capital estava atravessada pela atualização dos mecanismos informais de recrutamento da mão-de-obra entre amplos contingentes da população,

ao lado da persistência de práticas clientelistas em torno de mandonismos locais e do funcionamento de circuitos de economias não integradas ao imperativo monetário-financeiro dos mercados autorregulados, já que naqueles circuitos, muitas das vezes, as trocas estavam sob égide das prestações duais com os seus enquadramentos coletivistas (Kowaric, 1994; 1988; Kowaric, Campanario, 1994).

No balanço sobre as tendências e perspectivas da urbanização brasileira, entre as décadas de 1940 e 1990, Vilmar Faria (1991) recolhe e analisa um sugestivo conjunto de dados sobre o ambiente sócio-histórico no qual ocorreu o encontro de elementos díspares na composição da complexidade dos processos constitutivos, no país, de um amplo e potente sistema produtor e consumidor de mercadorias. De acordo com o autor, sobremaneira favorecida pelas definitivas transformações dinamizadas na economia brasileira, encabeçada pela ação modernizadora liderada pelo Estado central, entre as décadas de 1930 e 1980, a pujança dessa rede urbana a tornou sede de um parque industrial, incentivado seja pela política de substituição de importações, seja pela consolidação dos setores produtivos de bens de consumo duráveis e, posteriormente, dos bens intermediários e de capital, com o advento do governo militar. Desde 1940, a lógica industrialista norteara



os entrelaçamentos na formação de um mercado nacional. Sistema articulado internacionalmente, com uma intrigante base urbano-industrial e de serviços, a seu ver, possuiria características muito peculiares vinculadas à concentração socioespacial da riqueza e da distribuição dos serviços públicos, se comparadas às congêneres europeias e mesmo anglo-saxônicas da América do Norte (Faria, 1991, p.102). Somatório que incidiria nos modos de relacionamentos entre os grupos e sobre as suas formações simbólicas e identitárias, sabendo estar tais formações cada vez integradas na otimização dos usos de recursos e equipamentos de comunicação sincronizados ao processo de consumo de mercadorias interno. Deste modo, é desfeito o encilhamento do que antes se chamou de circuitos econômicos informais populares (Santos, 2004; Noronha, 2004; Lopes, 2008). Agora, compõem o inflado e heterogêneo setor terciário da economia, no qual os serviços, a formulação intelectual e a veiculação de valores dispõem as bases materiais e simbólicas sobre as quais toda estrutura social se organizaria.

Respondendo aos estímulos resultantes dessa passagem socioestrutural para o padrão urbano-industrial e de serviços, nas últimas três décadas, embora já não mais nos patamares dos períodos anteriores, estoques demográficos continuavam a

deixar um campo cada vez mais transformado pela concentração fundiária e pela financeirização. A ampliação dos modos de viver nas grandes cidades – e também nas médias –, nos rastros da concentração de renda e de recursos simbólicos e financeiros traduzidos na especulação e da concentração imobiliária, são indissociáveis da elevação do *déficit* habitacional. Se é mantida a tendência dos migrantes intra e interregionais adotarem a solução de moradias nas favelas e subúrbios (Valladares, 2016; Zaluar, 2002), contudo, as novas levas serão pioneiras na abertura de outras frentes de ocupação urbana, doravante materializadas no soerguimento por autoconstrução de complexos de favelas e na sucessão a perder de vista de bairros periféricos (Rizek; Barros, 2006; Cavalcanti, 2009). Áreas tendo por fio comum não apenas os baixos rendimentos dos seus moradores e a escassez de equipamentos públicos de lazer. Nessas expansões urbanas, as já assinaladas restrições em nível elevado do acesso à segurança pública, saneamento básico e serviços de distribuição de água potável e esgoto se completa com a qualidade baixa da educação escolar formal e da assistência médico-ambulatorial prestada pelos equipamentos estatais. O superlativo aumento das redes de narcotraficantes ou facções milicianas, em termos de escala na ocupação de territórios, absorção de mão-de-obra,



concentração de armamentos e subordinação de populações, coincide com o momento no qual recuou acentuadamente atuação de órgãos do Estado no atendimento dessas demandas e na incapacidade daquele mesmo ente de investir na ampliação das infraestruturas (Albernaz; Caruso; Patrício, 2007). Nas mesmas áreas, a penetração dos signos dos estilos de vida vinculados ao consumo mercantilizado é acirrada, estando os planos íntimos, privados e pública já bastante permeados pelas ecologias sociotécnicas informacionais, com a generalização do telefone celular como suporte das interfaces digital-cibernéticas. A combinação desses fatores redundando no revolvimento e alteração da conceituação e da imagem da pobreza no país (Farias; Mira, 2014). Na contrapartida socioespacial dessas territorializações periféricas estão os espaços fortificados, à maneira dos condomínios fechados em que habitam frações das classes sociais abastadas (Rio Caldeira, 2000), mas também nos quarteirões onde se instalam conglomerados multinacionais em arranha-céus cercados pela rede de serviços direcionados ao atendimento dos conglomerados corporativo-empresariais (Iglesias, 2000).

Nessas mesmas últimas três décadas, no cômputo das ciências sociais brasileiras, as cidades-metrópoles têm sido focalizadas sob o ângulo da

urbanidade em decorrência das vicissitudes decorrentes das transformações socioestruturais experimentadas pelas diferentes sociedades nacionais no continente a partir dos esforços de industrialização. Focam-se, assim, as periferias, as estratégias de sobrevivência, as religiões populares urbanas, as culturas e festas populares, as formas de lazer e entretenimento. Ressalta-se a desigualdade socioeconômica e as exclusões dela consequentes, mas igualmente os movimentos socioculturais e as lutas travadas pelas conquistas por direitos em favor de agendas redistributivas e/ou morais no reconhecimento de pautas identitárias maculadas, algo que coloca em questão as formas de representação política. Ou ainda, deslocado para a cidade-metrópole, o etnógrafo se ocupa dos trajetos e dos usos nas e das cidades, quando o que se está em busca é apreender classificações e noções territoriais acionadas no mundo cotidiano como categorias sociais que se inscrevem em narrativas, imaginários, imaginações, repertórios mobilizados em consensos e lutas pelas quais se aproximam e distanciam grupos nos usos dos espaços e na demarcação contínua de territorialidades (Magnani, 2000; Frigoli Jr., 2005).

As duas vertentes, às quais nos referimos à cima, são herdeiras diretas desse multifacetado panorama de cognição aplicado (e ele mesmo resulta-



do) do complexo sistema urbano montado no Brasil.

A virada infraestrutural foi incorporada pela antropologia brasileira, na última década, com o propósito acessar à dimensão política da vida cotidiana no movimento de “desnaturalização possibilitada pela etnografia das infraestruturas” (Cavalcanti; Araújo, 2023, p.07). O traslado desse paradigma para o contexto brasileiro não fez ao custo do apagamento do trajeto de acomodação dos estudos de comunidade, ainda nos anos de 1950, até a efetivação de uma produção socioantropológica centrada no tema das moradias, sobretudo favelas, no andamento em o sistema urbano recompôs o território no Brasil, ampliando suas seculares contradições ou inscrevendo novas facetas do enlace da desigualdade socioeconômica com o equacionamento criativo na gestão diária das carências por partes de grupos sociais acossados pela desassistência estatal. Em favor das suas lutas por melhorias nas condições vida, sintetizadas em rede elétrica, coleta de lixo, acesso menos oneroso a materiais utilizados na autoconstrução de casas, entre outras, as negociações, mesmo em condições que lhe são desfavoráveis, com governos, frações partidárias, outros segmentos da sociedade civil, desvelam modos pouco ortodoxos de fazer política. Embora reciclada, na tocada do acolhimento da virada infraestrutural no país, a referência

foucaultiana das “políticas de tecnologia e tecnologias políticas”, à maneira do que se verifica nas abordagens realizadas no Norte-Global, vem inspirando uma agenda de pesquisa em que a atenção às “conexões e desconexões, os dispositivos de deixar viver e fazer morrer são analisados” prioriza as “políticas e poéticas” das muitas materialidades (Larkin, 2020). Estariam elas no anverso das “(...) promessas de futuro, progresso e desenvolvimento de água, esgoto, asfalto e eletricidade (...)”. As infraestruturas se constituiriam, portanto, em empiricidades oportunas na análise de “formas do exercício do poder e de subjetivações contemporâneas”. (Cavalcanti; Araújo, 2023, p.09).

A disciplina oferecida no IESP/UERJ oportunizou o encontro desta vertente da infraestrutura com aquela atida ao problema em torno das relações entre paisagens citadinas e memórias. Para esta perspectiva, importa a proposição do historiador Simon Schama quando identifica na paisagem não a matéria bruta da história geológica, mas a enxerga como sedimentações das relações humanas que moldam e são igualmente emolduradas pelo ambiente já preñado de significados, na contrapartida das modalidades mentais de classificar e categorizar que delinham a paisagem como significado (Schama, 1996, p. 21-24). Logo, um só tempo, obra e efeito, a paisagem



se atualiza nos sentidos que a formatam, penetram e trasladam, incluem ou eliminam móveis. Na permanência da sua aparência, a paisagem é então capaz de dotar de naturalidade os encadeamentos históricos coletivos de complementaridade e conflito. A cidade como paisagem é a memória das intervenções, mas também o *locus*, o altar onde se celebram as reciprocidades e a arena das lutas que consagram ou esmagam modos de atuar sobre a lembrança e possibilitar o acesso ao conhecimento proveniente da memória. A paisagem urbana guarda na textura os sinais dos jogos de poder – os confrontos e apropriações que tecem a tela apreendida como cena visível legítima. Nesse sentido, a paisagem urbana consiste em uma maneira de arrumar o espaço e traduz as trajetórias na construção de hegemonias sociais. Não se trata de entender essa dimensão do espaço tão somente pelos seus aspectos geológicos e urbanísticos-arquitetônicos, mas reconhecer também eventos coletivos como elementos paisagísticos.

A formação da discursividade socioantropológica em torno de paisagem e memória da cidade encontra nos conceitos de “enobrecimento” (*gentrification*) e “paisagismo”, de acordo com a base canônica formulada por Sheron Zukin (1988), suportes no que tange ao entendimento da paisagem urbana como a formatação material da assimetria nas re-

lações de poder econômico e cultural. Nesse sentido, as apropriações são tomadas como exercícios a partir da capacidade que as forças decisórias (capital, ordenamento político e instâncias intelectuais) tenham para “impor múltiplas perspectivas à paisagem e vendê-las para o consumo visual” (Zukin, 1996, p. 206-207). Para a autora, o enobrecimento vai corresponder na transformação do vernacular em paisagem estética. Já o paisagismo consiste na articulação entre sonho e controle social, inspirada na arquitetura das estações balneárias fundadas no bojo de uma “civilização de hotéis”. Corresponde, enfim, ao “(...) cenário, uma fantasia privada compartilhada e um espaço liminar que faz a mediação entre natureza e artifício, mercado e lugar” (Zukin, 1996, p. 212).

A apropriação seletiva das formulações acerca dos processos de enobrecimento pelo campo intelectual das ciências sociais, no Brasil, dilatou tópicos já consolidados nos debates sobre a cidade, em particular, a cumplicidade estabelecida pela desigualdade socioeconômica (e, principalmente, a sua intercessão com marcadores sociais de raça) com a exclusão socioespacial na produção do espaço urbano. A tônica analítica posta nos usos dos lugares ajudou imprimir uma reflexão sobre os mecanismos tácitos de escrutínio da presença dos grupos humanos, que contra-



cena com as estratégias de distinção adotadas por frações de classe abonadas de capitais financeiros e culturais, nos cenários que vem se compondo com a edificação de *shopping-centers*, condomínios fechados, circuitos gastronômicos, logradouros encerrados ao comércio e serviços de “alto padrão”, áreas de hospitalidade voltados a viajantes, mais igualmente dos patrimônios histórico-culturais refuncionalizados como partes desses ambientes integrados às territorialidades dos negócios globais e do entretenimento-turismo (Leite, 2004; Rubino, 2009; Mattos, 2005; Ortiz, Michetti, Nicolau-Netto, 2023).

Frente a esses contornos que despontaram em maior intensidade a partir da década de 1990 em diante, as paisagens das cidades emergiram como uma empiricidade promissora para observar como as dimensões materiais e simbólicas tenderam a não apenas se aproximar, mas a tornarem-se recíprocas, deixando túbias as fronteiras sistêmicas entre economia, política e cultura. Forjada à luz da percepção desse crescente atravessamento, o emprego da categoria de economia simbólica corresponde à iniciativa de taquigrafar a malha complexa de interdependências sociofuncionais que se tem figurado em um inédito regime mundial de circulação, cujas determinações estão postas em cumplicidade com ambiências onde se definem padrões de subjetividade

e modos de experiências. No cerne dessa economia, o turismo não corresponde tão só a um conjunto de atividades econômicas, mas sua semântica designa uma gama normativa que regula e controla a circulação mundial no engendramento mútuo de pessoas, coisas e saberes. A proposta da mobilidade como um novo paradigma sociológico, em John Urry (2000, 2007; Freire-Medeiros; Lages, 2020), exatamente, é vislumbrada à luz da sua concepção sobre a complexidade sistêmica própria ao turismo. O turismo detém, para ele, a potência para se propagar ao longo do planeta e com resultados bem diversos, mesmo imprevisíveis. Se o sociólogo britânico não despreza a importância dos aspectos imóveis nesses processos não lineares, a paisagem, em especial, as das cidades ocupa uma posição estratégica na conjunção dos vetores da mobilidade com aqueles da duração, ou seja, as memórias e, portanto, como historicidades referidas à construção de identidades coletivas e modos de vida, mas igualmente de enfrentamentos sociopolíticos, contracenam com a imaginários e formas espaciais de percepção no fomento e transmissão de saberes que orientam condutas (Farias, 2020; 2011).

Nos seis textos que compõem este dossiê, no tratamento dispensado a objetos de conhecimento bem diversos entre si, os seus respectivos autores



e autoras modalizam as referências de uma e outra vertente aqui tão somente sumarizadas.

Em “Imaginários e temporalidades em transformação na Barra da Tijuca”, Rodrigo Cerqueira Agueda revolve uma documentação composta de jornais para reconstruir a trama discursiva sobre um “novo modelo de cidade, representado pelo grande projeto modernista da Barra da Tijuca”, situado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A argumentação desenvolvida no texto tem por finalidade apresentar como a “manipulação de narrativas” cumpre um papel decisivo na demarcação de uma localidade na “cartografia simbólica da cidade”. O autor concluiu algo de muito sugestivo em termos da possíveis desdobramentos de pesquisa, ou seja, como as políticas de memórias com atuação nessas demarcações não necessariamente tem por referência a própria localidade.

Ao longo de “O olhar sobre a Guanabara: a transferência da capital e a paisagem carioca na gestão Carlos Lacerda (1960-1965)”, Rachel Ferreira Torres articula o processo de requalificação urbana às políticas de habitação durante o Governo Carlos Lacerda, no então Estado da Guanabara, entre os anos de 1960-1965. O emprego de uma documentação fotográfica produzida pela imprensa da época depositadas em arquivos públicos do Rio de Janeiro,

permite analisar como essa articulação alterou a paisagem urbana. O desafio analítico e interpretativo se coloca na argumentação, no movimento em que duas óticas são apresentadas, de um lado, a do governo; de outra, a dos moradores removidos. Assim, narrativas distintas se confrontam sobre a cidade, a memória e a identidade.

No diálogo com o modelo da antropologia das infraestruturas, Gustavo de Queiroz Mesquita Farias volta ao tema do carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro pelas escolhas políticas e poéticas referentes à construção ao Sambódromo da Marquês de Sapucaí, na primeira metade da década de 1980. Deste modo, “O Samba ganha avenida: reflexões sobre a construção do Sambódromo do Rio de Janeiro” se desenvolve na atenção aos processos sociais de produção e construção social desse inaugural local fixo dedicado aos desfiles carnavalescos. No artigo, mas a partir de um conjunto documental de notícias de jornais, a análise se aplica à compreensão do tensionamento entre imaginários de passado e futuro durante um período da redemocratização brasileira. É da perspectiva desses encontros de sentidos que o autor aborda reconfigurações estendidas do desfile das escolas de samba ao espaço urbano do Rio de Janeiro.



O artigo “Entre o passado e o presente: afro-patrimônio, memória e identidade na Região Portuária do Rio de Janeiro” elege as disputas e negociações entre os diferentes atores – Estado, mercado e sociedade civil – como foco à análise do entretido da patrimonialização com representações sobre raça e memória, na Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro. A implantação e consequências do Projeto Porto Maravilha são a maneira encontrada por Soraia Santos da Silva (a autora) para refletir acerca das transformações que ocorreram nesse lugar. Logo, importam o passado e o presente que passam estar referenciados por esse projeto. Em particular, a indagação gira em torno da inserção do patrimônio afrobrasileiro nos itinerários do entretenimento-turismo impacta em favor da redução da desigualdade socioeconômica que historicamente “separa” negros e brancos no Brasil.

Quando desloca para São Paulo o contexto da empiricidade que analisa, Maria Eduarda Faria Tavares imprime também em deslocamento na natureza do objeto de conhecimento, porque a encenação da uma peça teatral é problematizada no relacionamento com a produção e reprodução do espaço urbano da capital paulista. A perspectiva de um urbanismo crítico, exercido pelo Teatro Oficina, centraliza a argumentação que analise a complexa interação daquele

local com diversos movimentos que moldaram tanto o teatro quanto a realidade do bairro Bexiga. À luz desse entrosamento, o artigo se ocupa do intercuro entre os anos de 2000 a 2007, no qual o Teat(r)o Oficina Uzyna Uzona se dedicou à montagem de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, culminando em uma pentalogia composta pelas peças *A Terra* (2002), *O Homem I* e *O Homem II* (2003), *A Luta I* (2005) e *A Luta II* (2006), totalizando 27 horas de espetáculo ao longo de cinco anos.

“Memória e cotidiano nas transformações da cidade: o caso de uma comunidade ameaçada de remoção em João Pessoa (PB)” resulta do estágio da pesquisa de doutorado em Sociologia, ainda em curso, de Jéssica Neves Lôro. Se a capital do estado da Paraíba, no nordeste do país, é o contexto urbano examinado, o objeto de conhecimento abrange o ponto de vista dos de mais de 700 famílias moradoras das oito comunidades atingidos pela execução do Programa João Pessoa Sustentável (PJPS). A tônica na memória e no cotidiano desses habitantes abre um caminho para se refletir sobre aspectos como incertezas, os rumores, as expectativas e as promessas estão na composição subjetiva à contrapartida de fenômenos da remoção.



**Referências**

- ALBERNAZ, Elizabete R.; CARUSO, Haydée; PATRÍCIO, Luciane. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, 2007, p. 39-52.
- ALEXANDER, Jeffrey. **Las Teorías sociológicas desde la segunda guerra mundial: análisis multidimensional**. Barcelona: Gedisa, 1988.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX In **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG – SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- CAVALCANTI, Mariana; ARAÚJO, Marcella. Autoconstrução e produção da cidade: outra genealogia dos estudos de infraestruturas urbanas. **Estudos Avançados**, v. 37, n. 107, p. 7-24, 2023.
- CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor (es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, 2009, p. 69-80.
- EUFRÁSIO, Mário Antônio. A formação da Escola Sociológica de Chicago. **Plural**, v. 2, p. 37-60, 1995.
- FARIAS, Edson. O lugar e a mobilidade: a Pequena África carioca no anverso da circulação turística. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 57-107, jul./dez. 2020.
- FARIAS, Edson. **Ócio e negócio: festas populares e entretenimento-turismo no Brasil**. Curitiba: Appris, 2011.
- FARIAS, Edson; MIRA, Maria Celeste. Mensagens do pós-nacional popular In: FARIAS, Edson; MIRA, Maria Celeste (orgs): **Faces contemporâneas da cultura popular**. Jundiaí: Paco, 2015, p. 09-33.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro à sociedade de classes. São Paulo: Globo, 2008, 2 vols.
- FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca; LAGES, Maurício P. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 123, Dezembro 2020, pp. 121-142
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FRUGOLI JR., Heitor. **Sociabilidade urbana**. RJ: Jorge Zahar Editor, 2007.
- IGLECIAS, Wagner. Impactos da mundialização sobre uma metrópole periférica. **RBCS**, vol. 17 n. 50, outubro de 2002.
- KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.



KOWARICK, Lúcio. As lutas sociais e a cidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KOWARICK, Lúcio; CAMPANARIO, Milton A. São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica. **Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, passado e presente**, 1994.

LARKIN, Brian. A poética e a política da infraestrutura. **Antropológicas**, Ano 24, Vol. 31(2), 2020.

LEFÉBVRE, Hanri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas (SP): Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2004.

LOPES, Edmar A. B. Informalidade: um debate sobre seus distintos usos e significados. Boletim Informativo Bibliográfico **BIB**, ANPOCS, São Paulo, n. 65, 1 semestre, 2009.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole In: MAGNANI, J.G. C. e TORRES, L. L. (orgs.): **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Edusp- PAPESP, 2000.

MATTOS, Carlos A. de Crescimento metropolitano na América Latina: Los Angeles como referência In: DINIZ, Clélio Campolina & LEMOS, Mauro Borges (orgs.): **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

NISBET, Robert A. As idéias-unidades da sociologia In: MARTINS, J. de S. (org.): **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

NORONHA, Eduardo. Informal, ilegal, injusto – percepções do mercado de trabalho no Brasil. **RBCS**, vol. 18 n. 53, outubro de 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As ciências sociais no Rio de Janeiro In: MICELI, Sérgio (org.): **História das ciências sociais no Brasil, vol. 2**. São Paulo: Sumaré – FAPESP, 1995, p. 233-308.

ORTIZ, Renato; MICHETTI, Miqueli; NICOLAU-NETTO, Michel. **Distinção e globalização**. São Paulo: Fino Traço, 2023.

PARK, Robert E. Propositions de recherche sur le comportement humanin em milieu urbain In: **L'École de Chicago: naissance de l'écologie urbaine**. Paris: Aubier, 1984, pp. 83-148.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento urbano In: **Plural de cidade**. Coimbra: CES/Almedina, 2009, p. 25-40.

VALLADARES, Lícia. **A invenção da favela: do mito de origem a favela. com**. Editora FGV, 2016.



**EDSON FARIAS E MARIANA CAVALCANTE**

VALLADARES, Lícia do Prado; LIMA, Roberto Kant de. A Escola de Chicago: entrevista com Isaac Joseph. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 49, p. 3-13, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Cia Nacional, 1979.

RIO CALDEIRA, Teresa Pires do. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.

REDFIELD, Roberto. The folk society. **American Journal of Sociology** n. 41, Chicago, 1947.

RIZEK, Cibele & BARROS, Joana da Silva. Multirões autogeridos: construindo e desconstruindo sociabilidades In FRÚGOLI Jr., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Áreas (orgs.): **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC-MG – USP, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: Octávio G. Velho (org.): **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 07-25.

TÖNNIS, Ferdinand. **Community and society**. New York: Routledge, 1988.

URRY, John. **Sociology Beyond Societies**. Londres/Nova York: Routledge, 2000.

URRY, John. **Mobilities**. Cambridge: Polity Press, 2007.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

WIRTH, L. Le phénomène urbain comme mode de vie In: **L'École de Chicago: naissance de l'écologie urbaine**. Paris: Aubier, 1984, pp. 255-282.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

ZUKIN, Sharon. **Loft living**. London: Hutchinson/Radius, 1988.

ZUKIN, Sharon. **The cultures of cities**. New York: Blackwell, 1995.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder In: Antônio Augusto Arantes (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, RJ: IPHAN, 1996.